

PREFÁCIO

LOLA ARONOVICH

Ler o excelente livro *A internet como campo de disputas de gênero* me fez lembrar das minhas vivências on-line e refletir sobre elas. Comecei um blog feminista, o *Escreva Lola Escreva*, há 16 anos, e por causa dele sou alvo de inúmeros ataques. Muitos dos temas abordados pelo livro são fundamentais não apenas para os feminismos, mas para os ativismos de forma geral. Dividido em três partes – feminismo e ativismos on-line, antifeminismos e discursos de ódio, e ferramentas de pesquisa –, o livro é um resultado do projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com a eleição de Bolsonaro em 2018, as pesquisadoras Cristina Scheibe Wolff e Elaine Schmitt, que já realizavam seus trabalhos no LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, tiveram que decidir se se esconderiam ou se se mostrariam. “Esconder-se” fazia sentido porque não é segredo que a extrema direita odeia a ciência e a educação, e tem como um de seus maiores alvos justamente os estudos de gênero (e também a história; a direita é revisionista). Mas “esconder-se” não significava parar. Elas nunca cogitaram parar. Era prosseguir com as pesquisas sem tanto alarde. “Mostrar-se” é fazer esse alarde. E, para ativistas, é uma estratégia de defesa. Fica mais difícil calar quem não está em silêncio.

Por exemplo, em um artigo que abrilhanta ainda mais o livro, Cristina Wolff parte de um episódio marcante (o da menina catarinense de 11 anos que, em 2022, foi enviada a um abrigo por uma juíza conservadora para impedi-la de abortar) para traçar o “entrelaçamento entre corpos, afetos e símbolos, na construção dos movimentos feministas”, e aponta: “não vejo uma hierarquia entre estes e um suposto ‘feminismo hegemônico’. Aliás, quando é que o feminismo existiu no singular?”

Já em outro ótimo artigo, Elaine Schmitt enxerga o “viés esperançar da internet”, em que as redes sociais são usadas para denunciar abusos e injustiças, para manifestações, para que movimentos se organizem, para que o conhecimento seja divulgado. Eu me identifico com esse lado benigno das redes sociais. Eu também, assim que a internet começou a se popularizar, no final da década de 1990, pensava que agora sim, com uma ferramenta tão espetacular, a humanidade iria se dar as mãos, cantar “Kumbaya” e finalmente mudar o mundo – para melhor, claro. Não demorou para que o pior do ser humano, ou talvez de uma parcela do ser humano, aparecesse e estremecesse meu otimismo. A internet é maravilhosa e é impossível viver sem ela, mas ela é também um paraíso para a pornografia infantil, para as teorias da conspiração que visam golpear a democracia, para espalhar mentiras e destruir reputações. Sem dúvida a internet fez muitas meninas e mulheres se tornarem feministas, mas também fez com que o neonazismo e movimentos misóginos florescessem e se consolidassem.

No artigo sobre a magnífica coreografia do coletivo chileno *Las Tesis*, as autoras Claudia Maia, Maria Clara Silva Chaves e Renata Santos Maia lembram que, quando houve a manifestação de “Um estuprador no seu caminho” no Rio, em 2019, as feministas cariocas acrescentaram o verso “Marielle presente, o assassino dela é amigo do presidente”. Sabemos que esse acréscimo não se dá por acaso: Ronnie Lessa, um dos executores, era vizinho de Bolsonaro no mesmo condomínio. Poucas horas antes do assassinato da vereadora, Lessa se encontrou com outro miliciano no condomínio do ex-presidente. E ainda houve o incidente nunca bem explicado do porteiro interfonar para “seu Jair” naquele trágico 14 de março de 2018. Eu sempre penso que, em países mais sérios, uma “coincidência” espantosa dessas levaria à renúncia ou impeachment, mas, no Brasil, Bolsonaro terminou seu mandato e ainda tentou dar um golpe pra ficar mais um pouco no poder”.

Parece um tema distante, mas tudo no livro está interligado, como os preconceitos destilados pela extrema direita nas redes sociais para atacar feministas. No artigo “Habitar um corpo dissidente”, Leticia de Assis combate sorofobia – o preconceito e discriminação contra quem tem Aids – e gordofobia juntos, e declara: “a primeira grande vantagem das discussões do ativismo gordo dentro do ciberespaço: o fim da corponormatividade”. É verdade. Quando comecei meu blog, em janeiro de 2008, eu tinha acabado de ler o icônico *Mito da Beleza*, de Naomi Wolf. Logo, temas como aceitação do corpo e padrões absurdos e inalcançáveis de beleza não saíam da minha cabeça, e escrevi diversas postagens sobre isso. Não que eu tenha sido pioneira, longe disso, mas certamente havia muita gente que queria falar sobre esse assunto e veio parar no meu blog. Já sorofobia não costuma ser um tema tão popular, e também por isso é essencial que Assis aponte o caminho.

Em outro artigo, Aline Dias dos Santos e Renata Cavazanna da Silva analisam o quadro “Afetos te ajuda” do podcast *Afetos*, roteirizado e apresentado por Gabi Oliveira e Karina Veiga, com a participação de Deia Freitas, do “Não Inviabilize”, que oferece um espaço de apoio e acolhimento às ouvintes e, de quebra, mostra a importância de enegrecer os feminismos.

Elionay Rodrigues Marques e Janine Gomes da Silva tratam dos preconceitos divulgados por um movimento reacionário que teve grande alcance. O Escola sem Partido, por um lado, foi um projeto fracassado de Miguel Nagib, seu criador. Fracassado porque o projeto de lei nunca chegou a ser votado na Câmara, tanto que em 2019 Nagib desistiu do que havia iniciado, pois não viu apoio de Bolsonaro. Por outro lado, mesmo sem ter sido aprovado, o Escola sem Partido pode ser visto como um sucesso no sentido de aterrorizar professores, principalmente os de escolas particulares. Existem temas como feminismo, combate ao racismo, à homofobia, à transfobia, e até o estudo de religiões de matriz africana que vêm sendo proibidos de ser discutidos em sala de aula, porque algum aluno pode avisar seus pais (ou filmar a fala do professor), e esse professor será execrado em praça pública – nos grupos de WhatsApp e em vídeos editados que vão pipocar em todas as redes sociais, muitas vezes levando ao “cancelamento” do “doutrinador”.

Athaysi Colaço Gomes, Eduardo dos Santos Chaves e Joana Maria Pedro escrevem sobre violência política de gênero, analisando ataques contra três parlamentares: Talíria Petrone (PSOL-RJ), Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), e Geovania de Sá (PSDB-SC). A deputada Talíria, por exemplo, por amamentar seu bebê na Câmara, foi acusada de lacação. E, por ter um filho e defender a descriminalização do aborto, foi acusada de ser hipócrita – “aborto só pros outros”, como a extrema direita gosta de dizer.

Embora a violência política de gênero cresça durante as eleições, ela está sempre presente. Lembro que, durante as eleições de 2018, recebi vários comentários (anônimos, obviamente,

pois eles são acima de tudo covardes) dizendo que em breve eu seria levada para um passeio de helicóptero – como Pinochet mandava fazer com seus adversários, jogando-os lá do alto. Havia comentários em que misóginos se ofereciam para dar choques elétricos em feministas assim que Bolsonaro ganhasse. Eles citavam táticas de tortura empregadas pelo seu ídolo Brilhante Ustra, e, no dia do pleito, desejaram “que cada voto em Bolsonaro seja um rato enfiado na vagina de vocês”.

Analisando os ataques a Marielle Franco em dois perfis no Twitter/X, Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges chamam a atenção para comentários que louvam Bolsonaro, mesmo que ele nem seja mencionado na publicação. De fato, a ligação que os próprios bolsonaristas fazem entre seu mito e Marielle é sempre eloquente. De 2018 até hoje no Twitter, quando se fala em Marielle, eles fazem questão de colocar nos *trending topics* duas *hashtags*: Celso Daniel e Adélio Bispo. Se a gente fosse mais desconfiada, veria essas *tags* como uma tentativa de cortina de fumaça. Mas o que eles querem tanto esconder, se não têm nada a ver com o assassinato de Marielle?

Durante a pandemia vimos o número de feminicídios dispararem, nos lembrando de outra pandemia ainda mais longa e mortal. Muito antes da COVID-19, em novembro de 2018, o secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou a violência contra mulheres de “pandemia global”. Eu, eterna otimista que sou, fui uma das que pensaram que, com o cenário apocalíptico e incógnito no início da pandemia da COVID, haveria mais compaixão, e os homens tratariam melhor as mulheres do seu convívio. O que aconteceu foi o contrário: mais violência doméstica, mais feminicídios, a necessidade de se criar códigos e gestos para que as mulheres pudessem pedir ajuda sem que seus algozes notassem. A internet foi importante, como apontam Pedro Augusto Aguiar e Silva, Rayane Pereira Assunção e Cláudia Maia, para dar visibilidade a esse grave problema, possibilitando uma ampla discussão. Também é muito interessante a pesquisa feita pelos autores sobre os feminicídios ocorridos em Minas Gerais entre o início da pandemia, em janeiro de 2020, e dezembro de 2021, e noticiados pelo *GI*. Entre as 83 notícias analisadas, cerca da metade (44) incluíram o nome completo da vítima, mas apenas 28 publicaram o nome do feminicida. Outro levantamento: em apenas uma das 83 notícias havia referência à cor da vítima, o que, segundo os autores, ajuda a mascarar a conhecida estatística de que a maioria das vítimas de feminicídio no país – quase 67%, de acordo ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública – são negras.

Isabela Rodrigues Regagnan e Bárbara Souto tratam sobre a machosfera, e apontam que um “redpill” como o coach do Campari vende “doses de realidade”. Na pós-verdade, os delírios masculinistas de que vivemos num matriarcado e as verdadeiras vítimas do mundo moderno são os homens brancos e hétero são tratados como “realistas”, assim como estatísticas de que 20% dos homens se relacionam com 80% das mulheres, ou que o valor sexual feminino acaba aos 30 anos (estatísticas tiradas diretamente do que chamo de “Instituto Mascu As Vozes Me Disseram”).

O realismo para os mascus não me parece tão distante da verdade dos evangélicos, principalmente daqueles descritos por Katharine Nataly Trajano Santos e Talita Fernandes Araujo, que falam de como a chamada “cura gay”, totalmente desacreditada pela ciência, é explorada por empresários da fé. Lotados de preconceitos, diante de frágeis certezas (as mulheres dominam o mundo, gays podem ser “curados” através da fé), ambos os grupos – mascus e cristãos simpatizantes à prática da conversão – se atém a “realidades” e “verdades” que eles sabem que não se sustentam.

Sem ir tão longe, é possível afirmar que muitos mascus creem em “cura lésbica” por meio de violência. Há anos eles propagam que “estupro corretivo” faz lésbicas deixarem de ser lésbicas. Em

2023, várias vereadoras, deputadas estaduais e federais de esquerda ligadas ao movimento LGBT (como as vereadoras de BH Iza Lourença e Cida Falabella, do PSOL, a vereadora de RJ Mônica Benício, do Psol, a vereadora de Belém Bia Caminha, do PT, a vereadora de Natal, Brisa Bracchi, do PT, a vereadora Duda Hidalgo, de Ribeirão Preto, do PT, as vereadoras de Uberlândia Amanda Gondim e Cláudia Guerra, ambas do PDT, a vereadora de Florianópolis Carla Ayres, do PT, as deputadas estaduais Bella Gonçalves, do PSOL, Lohanna França, do PV-MG, Rosa Amorim, do PT-PE, e as deputadas federais Daiana Santos, do PCdoB-RS, e Duda Salabert, do PDT-MG, entre outras) receberam ameaças de que seriam estupradas para “corrigi-las e curá-las”.

Essas ameaças hediondas foram enviadas aos emails das parlamentares a partir de agosto de 2023. Quem assina as ameaças é Astolfo, um “doutor em psicologia”, que diz que o estupro que propõe “não é violência, mas uma terapia de eficácia comprovada que ‘cura’ o ‘homossexualismo’ feminino, porque ser ‘sapatão’ é ser uma aberração”, e termina dizendo: “Se quiser, posso ir na sua casa (já tenho seu endereço) e fazer uma demonstração sem compromisso do Estupro Corretivo Terapêutico. O que acha?” O texto é idêntico àquele que circulava num site que viralizou em 2011, que pregava a legalização do estupro e da pedofilia e oferecia recompensas para quem me matasse e matasse o então deputado federal Jean Wyllys. Em março de 2012 os dois autores do site foram presos pela Operação Intolerância, mas foram soltos um ano e dois meses depois. Um deles passou cinco anos ininterruptos reciclando seu discurso de ódio em vários sites, um deles com o nome de “Tio Astolfo”. Em maio de 2018 ele foi finalmente preso de novo, desta vez pela Operação Bravata, e hoje encontra-se na prisão federal de segurança máxima em Campo Grande, MS. Sua missão na vida, diz ele, é me destruir. Ele sequer me conhece e eu nunca falei com ele, mas ele me odeia por eu ser feminista, e também por eu ser casada com um homem há 33 anos, o que vai contra suas crenças (de que toda feminista é lésbica e toda mulher gorda vai morrer sozinha). Infelizmente, um tipo desses, que chamamos de incel (celibatário involuntário, um subgrupo de mascu) tem discípulos, e são eles que vêm ameaçando parlamentares LGBT e negras, na maior parte das vezes sem se darem ao trabalho de mudar o texto.

Através do artigo de Ana Carolina Andrade de Camargo e Cristina Wolff sobre antifeminismo no Instagram de pessoas eleitas em SC, descobri que uma deputada estadual de extrema direita, que conseguiu se eleger ao processar a professora Marlene de Fáveri, que não quis mais orientá-la depois de ler as barbaridades que a moça dizia em suas redes sociais (depois ela perdeu o processo, mas já havia sido eleita), oferece uma oficina (paga) sobre “dez mentiras feministas”. É irônico e não deixa de ser divertido que bolsonaristas, logo eles, os reis das fake news, apontem mentiras de outros grupos. Bem, de mentiras eles entendem. Mas pensei: como sobra tanto tempo para essa deputada oferecer oficinas? É isso que ela está fazendo quando não está aprovando emendas de R\$ 250 mil para repassar verbas públicas para que seu advogado (aquele famoso por ofender Mari Ferrer numa audiência) use na Federação Catarinense de Hipismo que ele preside? Como ela encontra tempo livre para oficinas antifeministas se ela gastou um salário mínimo por dia (pago com nosso dinheiro) para custear viagens e participar de congressos de extrema direita pelo mundo? E por que confiar numa mulher que já disse várias vezes em suas redes sociais que as mulheres não deveriam trabalhar fora, e que ela mesma só trabalhava fora (era professora de história que ensinava os alunos que nazismo era de esquerda) enquanto não tivesse uma família para cuidar? Esta é uma das maiores contradições das antifeministas: elas fazem uma lucrativa carreira demonizando o feminismo, ao mesmo tempo que dizem que mulheres devem ficar em casa cuidando do marido e dos filhos.

A parte do livro dedicada a ferramentas de pesquisas também é fascinante, apesar de ser mais específica. Em “Mídias sociais on-line a serviço das humanas”, Mirella M. Moro e Ana Paula Couto da Silva destacam métodos e ferramentas computacionais dentro do “dilúvio de dados”, a fim de ofertar “uma breve coletânea de definições e referências para diferentes técnicas e ambientes computacionais que estão disponíveis para o processamento de tais dados, especialmente dados textuais”.

Em “Internet, quadrinhos e feminismos: uma análise automatizada do Mina de HQ”, Cintia Lima Crescêncio, Gabriela Alves Costa Fernandes Ferreira, Fernanda Rocha Gonçalves e Mirella M. Moro se debruçam sobre o Mina de HQ, projeto feminista de Gabriela Borges que resultou em site, revistas impressas (lançadas com financiamentos coletivos), e um selo independente.

Em “Premiação das mulheres na literatura e na música: análises de dados da Billboard e do Goodreads”, Marina O. Silva, Gabriel P. Oliveira, e Mirella M. Moro indicam que, no Goodreads, mulheres dominam a categoria de ficção, enquanto homens dominam a categoria de não ficção. Porém, na música, pelo menos no Billboard, o domínio é masculino em quase todas as categorias. Os autores concluem que “Em contraste com a indústria do livro, o padrão da música para a maioria das categorias é dominado por homens, com poucas demonstrando uma representação mais equilibrada”.

No artigo “LEGH online: um estudo netnográfico do Laboratório de Estudos de Gênero e História na Internet”, de Ailê V. Gonçalves, Emili Cristie Marchiori, Marina de Oliveira Bortolatto e Elaine Schmitt escrevem que em 2018, trágico ano em que Bolsonaro foi eleito, “as redes sociais on-line do Laboratório não apenas serviram como um meio efetivo de divulgação científica, mas também se transformaram em uma ferramenta estratégica de enfrentamento”. Exatamente: a opção diante da barbárie foi não se esconder.

A sensação que tenho ao ler *A internet como campo de disputas de gênero* é de alívio. É a de que sobrevivemos à tempestade perfeita, formada por um governo de extrema direita irracional e negacionista em meio à pior pandemia dos últimos cem anos. Nós, pesquisadoras e ativistas feministas, estivemos – estamos ainda – na linha de frente de combate ao bolsonarismo. Se não fosse o voto das mulheres, conquistado arduamente há cerca de um século ao redor da Terra, o mundo estaria dominado pela extrema direita. Em todos os países em que homens abraçam o extremismo de direita, a proporção de mulheres que o rejeitam é enorme. Somos a resistência num campo de disputas. E a mão em punho que tantas vezes levantamos é uma mão não servil.